

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 4.641.043 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 42.865.938 mil, Ativos Totais de R\$ 45.761.705 mil. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Em 2018 a Companhia deliberou aos acionistas o montante de R\$ 2.049.086 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

A Companhia deliberou durante o exercício, aumentar o Capital Social com emissão de novas ações no montante de R\$ 1.242.323 mil e com Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 1.380.977 mil elevando-o de R\$ 19.376.700 mil para R\$ 22.000.000 mil.
Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 28 de março de 2019.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2018	2017	2018	2017
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	4.524.730	5.040.157	CIRCULANTE	1.612.840
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 6)	174.622	695.823	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 19g)	5.706
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado (Nota 7)	1.192.066	-	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 18a)	1.588.757
Ativos Financeiros Disponíveis para Negociação (Nota 8)	-	604.031	Outras Obrigações	2.362
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9)	639.675	-	Passivo Financeiro a Valor Justo por Meio do Resultado	16.015
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Nota 10)	-	-	NÃO CIRCULANTE	1.282.927
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 18a)	1.050.179	578.405	Provisão para Impostos e Contribuições	92.277
Valores a Receber (Nota 11)	1.467.795	2.093.828	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 13b)	1.190.650
Outros Créditos	393	393	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42.865.938
NÃO CIRCULANTE	41.236.975	37.474.556	Capital Social (Nota 14a)	22.000.000
Realizável a Longo Prazo	6.060.179	4.333.939	Reservas de Lucros (Nota 14d)	19.779.488
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9)	971.711	-	Outros Resultados Abrangentes	1.086.450
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Nota 10)	-	600.250		
Valores a Receber (Nota 11)	2.761.807	1.880.420		
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 19f)	887.662	732.796		
Depósitos Judiciais (Nota 13b)	1.040.604	800.692		
Créditos Tributários (Nota 19c)	398.395	319.781		
Investimentos (Nota 12)	35.176.796	33.140.617		
TOTAL	45.761.705	42.514.713	TOTAL	45.761.705
				42.514.713

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	4.642.018	5.108.572
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 12)	4.393.001	4.691.814
Resultado Financeiro (Nota 17)	461.908	619.798
Despesas Tributárias (Nota 15)	(188.512)	(192.785)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 16)	(24.379)	(10.255)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.642.018	5.108.572
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19)	(975)	49.390
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.641.043	5.157.962

Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 14b)		
	2018	2017
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 14b)	0,57	0,65

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	4.642.018	5.108.572
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(4.393.001)	(4.691.814)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Outras	(178.976)	(323.275)
Lucro Líquido Ajustado	70.041	93.483
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros	(989.845)	(403.682)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos e Outras Obrigações	(173.623)	(127.509)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(76.556)	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(1.169.983)	(437.708)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
(Aquisição)/Alienação de Investimentos	-	(81.442)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	1.538.522	1.495.415
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	1.538.522	1.413.973
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(889.740)	(632.674)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(889.740)	(632.674)
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(521.201)	343.591
Início do Exercício	695.823	352.232
Fim do Exercício	174.622	695.823
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(521.201)	343.591

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais							
	Capital Social	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais	
		Estatutária para Aumento de Capital	Estatutária para Pagamento de Dividendos				
Eventos							
Saldos em 31 de dezembro de 2016	17.192.900	997.349	16.299.988	85.526	455.692	-	35.031.455
Lucro Líquido do Exercício ...	-	-	-	-	5.157.962	5.157.962	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	466.138	-	466.138
Resultados Abrangentes do Exercício							5.624.100
Aumento do Capital por Subscrição	1.283.800	-	-	-	-	-	1.283.800
Aumento do Capital Social com Reservas	900.000	(900.000)	-	-	-	-	-
Destinações - Reservas	-	257.898	2.559.577	-	-	(2.817.475)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(2.340.487)	(2.340.487)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	19.376.700	1.255.247	17.959.565	85.526	921.830	-	39.598.868
Resultado de Adoção de Novas Práticas Contábeis	-	-	-	-	173.780	(731.830)	(558.050)
Saldos em 1º de janeiro de 2018	19.376.700	1.255.247	17.959.565	85.526	1.095.610	(731.830)	39.040.818
Lucro Líquido do Exercício ...	-	-	-	-	4.641.043	4.641.043	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(9.160)	-	(9.160)
Resultados Abrangentes do Exercício							4.631.883
Aumento do Capital por Subscrição (Nota 14a)	1.242.323	-	-	-	-	-	1.242.323
Aumento do Capital Social com Reservas (Nota 14a) ...	1.380.977	(1.380.977)	-	-	-	-	-
Destinações - Reservas	-	232.052	1.628.075	-	-	(1.860.127)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(2.049.086)	(2.049.086)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	22.000.000	1.487.299	18.206.663	85.526	1.086.450	-	42.865.938

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Lucro Líquido	4.641.043	5.157.962
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(9.160)	466.138
Total do Resultado Abrangente	4.631.883	5.624.100

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, bem como a administração, a compra e venda de ações, títulos e valores mobiliários. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria Executiva em 28 de março de 2019.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão. As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6.

c) Instrumentos financeiros

i) Classificação dos ativos financeiros

A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39), que foi aplicado até 31 de dezembro de 2017: (i) Ativos Financeiros para Negociação - registrados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento - são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; (iii) Empréstimos e Recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros; e (iv) Disponíveis para venda - registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos ao resultado e avaliados pelo valor de mercado com efeitos registrados no patrimônio líquido.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

• Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico
O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos e foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e controladas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentadas na Nota 12.

Ágio (Goodwill)

O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e está podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2018 e de 2017, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 13.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 14b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 14e.

h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentadas na Nota 19.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata*) da.

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 20.

4) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2018:

• CPC 47 - Reclassificação de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 está em vigor desde 1º de janeiro de 2018 e não houve impactos decorrentes da sua adoção.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

• CPC 06 (R2) - Leasing (IFRS 16): As principais alterações são: (i) não há mais distinção quanto à classificação em *leasing* operacional e financeiro; e (ii) todas as operações que são alcançadas pelo CPC

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Depósito bancário (1)	117.979	100.136
Fundos de investimentos financeiros (2)	56.643	595.687
Total	174.622	695.823

(1) No país e no exterior; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

7) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO NO RESULTADO

Referem-se, basicamente, a aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, emitidos pelo Bradesco, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 1.190.131, com vencimento em dezembro de 2020, sendo seu valor de mercado igual ao contábil.

12) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial bem como os valores dos investimentos estão demonstrados a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (3)	
				ON	PN		2018	2017	2018	2017
				Bradesco (1) (2) (4)	67.100.000		124.715.969	16.583.915	1.612.410	809
NCF Participações S.A. ("NCF") (1) (2)	4.593.804	9.161.437	824.772	875.233	-	39,51	3.619.619	3.371.794	321.734	345.181
Bradespar (1) (2) (4) (6)	4.100.000	10.117.073	1.190.496	44.883	301	12,98	1.313.481	1.196.908	150.522	297.481
Titanium Holdings S.A. ("Titanium") (1) (2)	280.000	526.499	32.205	44.867	-	50,00	263.250	241.122	16.102	40.183
Ágio - Titanium (5)	-	-	-	-	-	-	35.525	35.525	-	-
Ágio - Bradesco (5)	-	-	-	-	-	-	4.680	4.680	-	-
Total							35.176.796	33.140.617	4.393.001	4.691.814

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis em IFRS de 31 de dezembro de 2018;

(2) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas;

(3) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(4) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, que não difere das práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), base para o cálculo de equivalência patrimonial são auditadas pelos mesmos auditores independentes;

(5) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações; e

(6) Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento com influência significativa sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental).

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados às obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 1.040.604 (2017 - R\$ 800.692).

A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

A Companhia não possui contingências civis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
No início do período	952.550	700.508
Atualizações monetárias	49.613	59.541
Constituição	188.487	192.501
No final do período	1.190.650	952.550

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2018 e 2017, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Ordinárias	8.215.402.936	7.970.969.916
Total	8.215.402.936	7.970.969.916

Em Assembleia Geral Extraordinária de 19 de Março de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 1.242.323, elevando-o de R\$ 19.376.700 para R\$ 20.619.023, mediante a subscrição de 244.433.020 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 19 de abril de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 1.380.977, elevando-o de R\$ 20.619.023 para R\$ 22.000.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária para Aumento de Capital".

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	4.641.043	5.157.962
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	8.154.295	7.899.320
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	0,57	0,65

18) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Controlador (1)		Controle conjunto e coligadas (2)		Pessoal-chave da administração		Outras partes relacionadas (3)		Em 31 de dezembro	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
	Ativos									
Caixa/disponibilidades	-	-	-	-	-	-	117.978	100.131	117.978	100.136
Aplicações financeiras	-	-	2.801.517	1.754.602	-	-	1.770	664	2.803.287	1.755.266
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	165	27.420	-	-	-	-	165	27.420
Valores a receber de ligadas	760.602	714.694	3.469.000	3.259.554	-	-	-	-	4.229.602	3.974.248
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	1.050.179	1.067.677	-	-	-	-	1.050.179	1.067.677
Passivos										
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	16.015	-	-	-	-	-	16.015	-
Juros sobre capital próprio a pagar	1.281.593	1.505.511	-	-	307.164	369.709	-	-	1.588.757	1.875.220

	Controlador (1)		Controle conjunto e coligadas (2)		Pessoal-chave da administração		Outras partes relacionadas (3)		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receitas/(despesas) de juros/outras	45.907	64.689	209.446	294.987	-	-	-	-	255.353	359.576
Receitas/(despesas) de juros sobre capital próprio	(1.629.145)	(1.851.453)	1.805.673	1.774.366	(419.941)	(489.004)	-	-	(243.413)	(566.121)
Receitas/(despesas) de aplicação	-	-	158.810	128.080	-	-	1.603	40.701	160.413	168.781

(1) Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade de Deus") e Fundação Bradesco ("Fundação");

(2) Bradesco, Bradespar, NCF e Titanium; e

(3) Bradesco Leasing, Banco Bradesco S.A. - Grand Cayman Branch ("Bradesco Cayman") e NCD Participações Ltda. ("NCD").

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Para 2018, foi determinado o valor máximo de R\$ 10.200 para remuneração dos Administradores e de R\$ 11.500 para custear planos de previdência privada complementar.

Benefícios de curto e médio prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Proventos	10.200	3.200
Total	10.200	3.200

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Planos de previdência complementar de contribuição definida	10.184	3.500
Total	10.184	3.500

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, para seu pessoal-chave da Administração.

19) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	4.642.018	5.108.572
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(1.578.286)	(1.736.914)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes	1.493.620	1.595.217
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(613.929)	(603.285)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	696.689	795.766
Outros valores	931	(1.394)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(975)	49.390

8) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Referem-se, basicamente, a aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, emitidos pelo Bradesco, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 575.947, com vencimento em dezembro de 2018, sendo seu valor de mercado igual ao contábil.

9) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Referem-se a aplicações em Letras Financeiras, emitidas pelo Bradesco, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI. No ativo circulante, no montante de R\$ 639.675, sendo o valor de custo atualizado R\$ 641.062, e uma marcação a mercado de R\$ (1.387) e, no ativo não circulante, no montante de R\$ 971.711, sendo o valor de custo atualizado R\$ 975.401, e uma marcação a mercado de R\$ (3.690), com vencimento em dezembro de 2020.

10) ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Referem-se a aplicações em Letras Financeiras, emitidas pelo Bradesco, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI. No ativo circulante, no montante de R\$ 578.405, sendo o valor de custo atualizado R\$ 578.683, e uma marcação a mercado de R\$ (278), com vencimento em dezembro de 2018 e, no ativo não circulante, no montante de R\$ 600.250, sendo o valor de custo atualizado R\$ 601.620, e uma marcação a mercado de R\$ (1.370), com vencimento em dezembro de 2019.

11) VALORES A RECEBER

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital (1)	1.467.795	1.379.134
Contratos de mútuo (2)	-	714.694
Não circulante		
Contratos de mútuo (3)	2.761.807	1.880.420
Total	4.229.602	3.974.248

(1) Adiantamento para futuro aumento de capital, acrescido da variação da taxa SELIC;

(2) Contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2018; e

(3) Contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2020.

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluidores.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 80% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, está demonstrado a seguir:

	RS mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	4.641.043	-
Reserva legal	(232.052)	-
Base de cálculo ajustada	4.445.582	-
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos e/ou provisionados (2)	2.049.086	-
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (3)	(221.351)	-
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2018	1.827.735	41,0
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2017	2.107.469	43,0

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;

(2) Provisionamento de JCP complementar, deliberado em 26 de dezembro de 2018; e

(3) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Cofins	155.694	159.258
PIS	32.803	33.370
Outras	15	157
Total	188.512	192.785

16) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.
O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 371.162 (2017 - R\$ 292.888).
e) Créditos tributários não ativados
Em 31 de dezembro de 2018, não foram constituídos créditos tributários, no montante de R\$ 22.470 - (2017 - R\$ 22.470), os quais serão registrados quando apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudo técnico e análises elaboradas pela Administração.
f) Tributos a compensar ou a recuperar
Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 887.662 - (2017 - R\$ 732.796), referem-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

g) Impostos e contribuições a recolher
Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 5.706 - (2017 - R\$ 6.662), refere-se, basicamente, a provisão sobre o parcelamento da anistia.

20) EVENTOS SUBSEQUENTES
Em assembleia Geral Extraordinária e Especial de 25 de fevereiro de 2019, aprovou-se a alteração do estatuto Social para a conversão voluntária de ações ordinárias em ações preferenciais resgatáveis classe "A" de emissão da Companhia, na relação de uma ação ordinária para cada 0,868188689 nova ação preferencial classe "A".
Desta forma, foi aprovada a conversão voluntária de 373.443.412 ações ordinárias em 324.219.346 ações preferenciais classe "A" de emissão da Companhia, todas de titularidade de acionistas, e a devolução de parte do Capital da Companhia aos detentores da totalidade das ações preferenciais resgatáveis classe "A", correspondente ao cancelamento da totalidade das 324.219.346 ações preferenciais classe "A" de emissão da Companhia. O resgate foi aprovado e realizado mediante a utilização do saldo da reserva de lucros.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Lázaro de Mello Brandão
Vice-Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Membros
Denise Aguiar Alvarez
João Aguiar Alvarez
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
Milton Matsumoto
Alexandre da Silva Gúher
Josué Augusto Pancini
Maurício Machado de Minas

Octavio de Lazari Junior
Marcelo de Araújo Noronha
André Rodrigues Cano
Cassiano Ricardo Scarpelli
Eurico Ramos Fabri
Lina Maria Aguiar
Maria Angela Aguiar

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Lázaro de Mello Brandão
Diretor Vice-Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi
Diretores
Denise Aguiar Alvarez
João Aguiar Alvarez
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Oswaldo Tadeu Fernandes
Contador - CRC 1SP271968/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 28 de março de 2019

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 25P028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
ZBCAPITAL S.A.	6
CIDADE DE DEUS COMPANHIA COM. DE PARTICIPAÇÕES	3
NCF PARTICIPACOES S.A.	8

Diário Oficial acesso gratuito



Todo o acervo do Diário Oficial está disponível gratuitamente para pesquisa, inclusive o que você quiser saber sobre os balanços das empresas.

Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação

www.imprensaoficial.com.br



Prêmio Mario Covas 2008
DO. online - A transparência dos atos do Governo disponível ao cidadão.

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 129 • Número 64
São Paulo, sexta-feira, 5 de abril de 2019

Página 5

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 4.641.043 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 42.865.938 mil, Ativos Totais de R\$ 45.761.705 mil. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Em 2018 a Companhia deliberou aos acionistas o montante de R\$ 2.049.086 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

A Companhia deliberou durante o exercício, aumentar o Capital Social com emissão de novas ações no montante de R\$ 1.242.323 mil e com Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 1.380.977 mil elevando-o de R\$ 19.376.700 mil para R\$ 22.000.000 mil.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 28 de março de 2019.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2018	2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	2018	2017	2018	2017
ATIVO				
CIRCULANTE	4.524.730	5.040.157	1.612.840	1.884.079
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 6).....	174.622	695.823	5.706	6.662
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado (Nota 7).....	1.192.066	-	1.588.757	1.875.220
Ativos Financeiros Disponíveis para Negociação (Nota 8).....	-	604.031	2.362	2.197
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9).....	639.675	578.405	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Nota 10).....	-	-	16.015	-
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 18a).....	1.050.179	1.067.677	-	-
Valores a Receber (Nota 11).....	1.467.795	2.093.828	-	-
Outros Créditos.....	393	393	-	-
NÃO CIRCULANTE	41.236.975	37.474.556	1.282.927	1.031.766
Realização de Longo Prazo (Nota 12).....	6.060.179	4.333.939	-	-
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9).....	971.711	-	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (Nota 10).....	-	600.250	-	-
Valores a Receber (Nota 11).....	2.761.807	1.880.420	-	-
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 19f).....	887.662	732.796	-	-
Depósitos Judiciais (Nota 13b).....	1.040.604	800.692	-	-
Créditos Tributários (Nota 19c).....	398.395	319.781	-	-
Investimentos (Nota 12).....	35.176.796	33.140.617	-	-
TOTAL	45.761.705	42.514.713	45.761.705	42.514.713

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	4.642.018	5.108.572
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 12).....	4.333.001	4.691.814
Resultado Financeiro (Nota 17).....	461.908	619.798
Despesas Tributárias (Nota 15).....	(188.512)	(192.785)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 16).....	(24.379)	(10.255)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.642.018	5.108.572
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19)	(975)	49.390
Lucro Líquido do Exercício	4.641.043	5.157.962
Lucro básico por ação atribuído em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 14b).....	0,57	0,65

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	4.642.018	5.108.572
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(4.333.001)	(4.691.814)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidos e Outras.....	(178.976)	(323.275)
Lucro Líquido Ajustado	70.041	93.483
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros.....	(989.845)	(403.682)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos e Outras Obrigações.....	(173.623)	(127.509)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(76.556)	-
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	(1.169.983)	(437.708)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
(Aquisição)/Alienação de Investimentos.....	-	(81.442)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos.....	1.538.522	1.495.415
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	1.538.522	1.413.973
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(889.740)	(632.674)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(889.740)	(632.674)
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(521.201)	343.591
Início do Exercício.....	695.823	352.232
Fim do Exercício.....	174.622	695.823
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	(521.201)	343.591

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, bem como a administração, a compra e venda de ações, títulos e valores mobiliários.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria Executiva em 28 de março de 2019.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**a) Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6.

c) Instrumentos financeiros**i) Classificação dos ativos financeiros**

A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39), que foi aplicado até 31 de dezembro de 2017. (i) Ativos Financeiros para Negociação - registrados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento - são registrados pelo custo menos as provisões para perdas não limitadas a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, e outros fatores; (iii) Ativos Financeiros para Receber - são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros; e (iv) Disponíveis para venda - registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos ao resultado e avaliados pelo valor de mercado com efeitos registrados no patrimônio líquido.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VLJORA) - Patrimônio Líquido; e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrativa em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)
São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro seja reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

i) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico
O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou de mercado, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos e foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Paralelamente ao cálculo da equivalência patrimonial, os ganhos e perdas são reconhecidos em outros resultados abrangentes e suas coligadas e controladas são eliminadas na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 12.

Ágio (Goodwill)

O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e está podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2018 e de 2017, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for provável e que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;

• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 13.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação
O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 14b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos
A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 14e.

(iii) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

12) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial bem como os valores dos investimentos estão demonstrados a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (3)	
				ON	PN		2018	2017	2018	2017
				Bradesco (1) (2) (4).....	67.100.000		124.715.969	16.583.915	1.612.410	809
NCF Participações S.A. ("NCF") (1) (2).....	4.593.804	9.161.437	824.772	875.233	-	39,51	3.619.619	3.371.794	321.734	345.181
Bradespar (1) (2) (4) (6).....	4.100.000	10.117.073	1.190.496	44.883	301	12,98	1.313.481	1.196.908	150.522	297.481
Titanium Holdings S.A. ("Titanium") (1) (2).....	280.000	526.499	32.205	44.867	-	50,00	263.250	241.122	16.102	40.183
Ágio - Titanium (5).....	-	-	-	-	-	-	35.525	-	-	-
Ágio - Bradesco (5).....	-	-	-	-	-	-	4.680	4.680	-	-
Total							35.176.796	33.140.617	4.393.001	4.691.814

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis em IFRS de 31 de dezembro de 2018;

(2) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas;

(3) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(4) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, que não difere das práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), base para o cálculo de equivalência patrimonial são auditadas pelos mesmos auditores independentes;

(5) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações; e

(6) Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento com influência significativa sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental).

continua

	2018	2017
Depósito bancário (1).....	117.979	100.136
Fundos de investimentos financeiros (2).....	56.643	595.687
Total	174.622	695.823

(1) No país e no exterior; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização ou Sociedades e a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

7) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO NO RESULTADO

Referem-se, basicamente, a aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, emitidos pelo Bradesco, acrescidas da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 1.190.131, com vencimento em dezembro de 2020, sendo seu valor de mercado igual ao contábil.

8) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Referem-se, basicamente, a aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, emitidos pelo Bradesco, acrescidas da variação do Depósito Interbancário - DI, em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 575.947, com vencimento em dezembro de 2018, sendo seu valor de mercado igual ao contábil.

9) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Referem-se a aplicações em Letras Financeiras, emitidas pelo Bradesco, acrescidas da variação do Depósito Interbancário - DI. No ativo circulante, no montante de R\$ 639.675, sendo o valor de custo atualizado R\$ 641.062, e uma marcação a mercado de R\$ (1.387), e no ativo não circulante, no montante de R\$ 971.711, sendo o valor de custo atualizado R\$ 975.401, e uma marcação a mercado de R\$ (3.690), com vencimento em dezembro de 2020.

10) ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Referem-se a aplicações em Letras Financeiras, emitidas pelo Bradesco, acrescidas da variação do Depósito Interbancário - DI. No ativo circulante, no montante de R\$ 578.405, sendo o valor de custo atualizado R\$ 578.683, e uma marcação a mercado de R\$ (278), com vencimento em dezembro de 2018 e, no ativo não circulante, no montante de R\$ 600.250, sendo o valor de custo atualizado R\$ 601.620, e uma marcação a mercado de R\$ (1.370), com vencimento em dezembro de 2019.

11) VALORES A RECEBER

	2018	2017
Circulante		
Adiantamento para futuro aumento de capital (1).....	1.467.795	1.379.134
Contratos de mútuo (2).....	-	714.694
Não circulante		
Contratos de mútuo (3).....	2.761.807	1.880.420
Total	4.229.602	3.974.248

(1) Adiantamento para futuro aumento de capital, acrescido da variação da taxa SELIC;

(2) Contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2018; e

(3) Contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2020.

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações

CNPJ 61.529.343/0001-32
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes
Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais
A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.
Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados às obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 1.040.604 (2017 - R\$ 800.692).
A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.
A Companhia não possui contingências civis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018 e 2017.
As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

	2018	2017
No início do período	952.550	700.508
Atualizações monetárias	49.613	59.541
Constituição	188.487	192.501
No final do período	1.190.650	952.550

c) Passivos contingentes classificadas como perdas possíveis
A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2018 e 2017, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	2018	2017
Ordinárias	8.215.402.936	7.970.969.916
Total	8.215.402.936	7.970.969.916

Em Assembleia Geral Extraordinária de 19 de Março de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 1.242.323, elevando-o de R\$ 19.376.700 para R\$ 20.619.023, mediante a subscrição de 244.433.020 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária de 19 de abril de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 1.380.977, elevando-o de R\$ 20.619.023 para R\$ 22.000.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária para Aumento de Capital".

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	2018	2017
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	4.641.043	5.157.962
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	8.154.295	7.899.320
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	0,57	0,65

18) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Controlador (1)		Controle conjunto e coligadas (2)		Pessoal-chave da administração		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ativos										
Caixa/disponibilidades	-	-	-	-	-	-	117.978	100.131	117.978	100.136
Aplicações financeiras	-	-	2.801.517	1.754.602	-	-	1.770	664	2.803.287	1.755.266
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	165	27.420	-	-	-	-	165	27.420
Valores a receber de ligadas	760.602	714.694	3.469.000	3.259.554	-	-	-	-	4.229.602	3.974.248
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	1.050.179	1.067.677	-	-	-	-	1.050.179	1.067.677
Passivos										
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	16.015	-	-	-	-	-	16.015	-
Juros sobre capital próprio a pagar	1.281.593	1.505.511	-	-	307.164	369.709	-	-	1.588.757	1.875.220

(1) Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade de Deus") e Fundação Bradesco ("Fundação");
(2) Bradesco, Bradespar, NCF e Titanium e
(3) Bradesco Leasing, Banco Bradesco S.A. - Grand Cayman Branch ("Bradesco Cayman") e NCD Participações Ltda. ("NCD").

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.
Para 2018, foi determinado o valor máximo de R\$ 10.200 para remuneração dos Administradores e de R\$ 11.500 para custear planos de previdência privada complementar.

Benefícios de curto e médio prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Proventos	10.200	3.200
Total	10.200	3.200

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Planos de previdência complementar de contribuição definida	10.184	3.500
Total	10.184	3.500

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, para seu pessoal-chave da Administração.

19) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	4.642.018	5.108.572
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(1.578.286)	(1.736.914)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes	1.493.620	1.595.217
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(613.929)	(603.285)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	696.689	795.766
Outros valores	931	(1.394)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(975)	49.390

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(78.423)	(32.155)
Impostos diferidos		
Constituição/realização, no exercício, sobre adições temporárias	90.038	85.737
Utilização de saldo inicial de:		
Constituição/realização, no exercício, de prejuízo fiscal e base negativa	(12.590)	(4.192)
Total dos ativos fiscais diferidos	77.448	81.545
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(975)	49.390

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de Lucros

(I) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;
(II) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 80% do capital social integralizado; e
(III) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício	4.641.043	
Reserva legal	(232.052)	
Base de cálculo ajustada	4.445.582	
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos e/ou provisionados (2)	2.049.086	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (3)	(221.351)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2018	1.827.735	41,0
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2017	2.107.469	43,0

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;
(2) Provisionamento de JCP complementar, deliberado em 26 de dezembro de 2018; e
(3) Não contempla o imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Cofins	155.694	159.258
PIS	32.803	33.370
Outras	15	157
Total	188.512	192.785

16) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Serviços de terceiros	1.781	2.660
Despesas de pessoal	22.424	7.340
Edifícios e publicações	174	166
Outras	-	68
Total	24.379	10.255

17) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Juros ativos, líquidos de juros passivos	287.249	401.073
Rendimento de ativos financeiros	172.332	198.642
Outras	2.327	20.083
Total	461.908	619.798

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2017	Constituição	Realização	2018
Provisão para contingência fiscal	302.861	84.613	-	387.474
Outras	772	14.622	(9.197)	6.197
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	303.633	99.235	(9.197)	393.671
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	15.587	-	(12.590)	2.997
Subtotal	319.220	99.235	(21.787)	396.668
Ajuste a valor de mercado de outros resultados abrangentes	561	1.166	-	1.727
Total dos créditos tributários	319.781	100.401	(21.787)	398.399
Obrigações fiscais diferidas	79.216	22.428	(9.367)	92.277
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas	240.565	77.973	(12.420)	306.118

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Diferenças temporárias		Base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Contribuição social	Contribuição social	
2019	612	220	2.997	-	3.829
2021	288.852	103.987	-	-	392.839
Total	289.464	104.207	2.997	-	396.668

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

e) Créditos tributários não ativados

Em 31 de dezembro de 2018, não foram constituídos créditos tributários, no montante de R\$ 22.470 (2017 - R\$ 22.470), os quais serão registrados quando apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudo técnico e análises elaboradas pela Administração.

f) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 887.662 (2017 - R\$ 732.796), referem-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

g) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 5.706 (2017 - R\$ 6.662), referem-se, basicamente, a provisão sobre o parcelamento da anistia.

20) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária e Especial de 25 de fevereiro de 2019, aprovou-se a alteração do estatuto Social para a conversão voluntária de ações ordinárias em ações preferenciais resgatáveis classe "A" de emissão da Companhia, na relação de uma ação ordinária para cada 0,86818689 nova ação preferencial classe "A".
Desta forma, foi aprovada a conversão voluntária de 373.443.412 ações ordinárias em 324.219.346 ações preferenciais classe "A" de emissão da Companhia, todas de titularidade de acionistas, e a devolução de parte do Capital da Companhia aos detentores da totalidade das ações preferenciais resgatáveis classe "A", correspondente ao cancelamento da totalidade das 324.219.346 ações preferenciais classe "A" de emissão da Companhia. O resgate foi aprovado e realizado mediante a utilização do saldo da reserva de lucros.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA	
Presidente Lázaro de Mello Brandão	Membros Denise Aguiar Alvarez João Aguiar Alvarez Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto Alexandre da Silva Glühler José Augusto Pancini Maurício Machado de Minas	Octavio de Lazari Junior Marcelo de Araújo Noronha André Rodrigues Cano Cassiano Ricardo Scarpelli Eurico Ramos Fabri Lina Maria Aguiar Maria Angela Aguiar	Diretor-Presidente Lázaro de Mello Brandão Diretor Vice-Presidente Luiz Carlos Tabucco Cappi Diretores Denise Aguiar Alvarez João Aguiar Alvarez Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Oswaldo Tadeu Fernandes
Contador - CRC 1SP271968/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração, e concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 28 de março de 2019

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP
André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

23,1 MILHÕES DE INTERNAUTAS QUE FAZEM A DIFERENÇA NO CENÁRIO ECONÔMICO DO PAÍS

Valor + O GLOBO + ValorRI

MUITO MAIS VISIBILIDADE PARA SUA EMPRESA

ANUNCIE: 11 3767.7043 • 21 3521.5500 • 61 3717.3333 • www.valor.com.br/valor-ri

Fontes: Conectare Audiência | Números 2018 | Tracking Valor - Outubro 2018